

OXFORD/ASTRAZENECA

Vacina deve chegar em janeiro

Instituto indiano volta atrás e libera importação, pela Fiocruz, de 2 milhões de doses do imunizante

O governo brasileiro afirmou ontem que não há proibição oficial do governo da Índia para exportação de vacinas contra a covid-19 e que a compra, pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), de 2 milhões de doses prontas do imunizante está em estágio avançado. A previsão oficial é que esse primeiro lote seja entregue em meados de janeiro.

No domingo, um alto dirigente do Serum Institute, que na Índia fabrica a vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford em parceria com a AstraZeneca, havia dito que a exportação de imunizantes estava proibida por enquanto, para priorizar o mercado interno.

Nesta terça, a instituição voltou atrás e disse que as vendas para o exterior estavam liberadas, mas a informação inicial gerou incerteza no governo brasileiro, que acionou o Itamaraty e entrou em contato com autoridades indianas para entender se a decisão afetava a compra negociada pela Fiocruz.

"As negociações entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto Serum da Índia para a importação pelo Brasil de quantitativo inicial de doses de imunizantes contra a Covid-19 encontram-se em estágio avançado, com provável data de entrega em meados de janeiro", afirma uma nota conjunta do Itamaraty e do Ministério da Saúde.

O mesmo comunicado diz ainda que, na última segunda-feira, o secretário-executivo da Saúde, Elcio Franco, teve reunião com o embaixador da Índia no Brasil para tratar do tema. "Em nota conjunta, publicada hoje, 5 de janeiro, o Instituto Serum da Índia e a Bharat Biotech comunicaram a sua firme intenção de garantir acesso mundial a suas vacinas contra covid-19. O CEO do Instituto Serum esclareceu, ainda, publicamente, que a exportação de vacinas produzidas na Índia é permitida para todos os países", destacou o comunicado.

A vacina de Oxford é hoje a principal aposta do governo brasileiro para iniciar a imunização contra a covid-19 no país.

Estratégia

O pedido para importar as 2 milhões de doses foi enviado pela Fiocruz à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no dia 31 de dezembro e liberado pela agência

na mesma data, de forma excepcional. Em ofício enviado à agência, a Fiocruz alegou que a medida faz parte de uma estratégia para tentar garantir o início da vacinação ainda em janeiro. Até então, a Fiocruz planejava entregar as primeiras doses da vacina, obtidas por meio de produção nacional, em 8 de fevereiro.

Uma negociação com a AstraZeneca, no entanto, abriu a possibilidade de adiantar as datas por meio de doses importadas e enviadas já prontas. A previsão era que elas fossem entregues pelo Serum Institute, um dos centros de produção da vacina de Oxford no mundo. Enquanto isso, a Fiocruz pediria à Anvisa aval para uso emergencial das doses.

Números de casos

O Brasil registrou 1.171 novas mortes nas últimas 24 horas em decorrência da covid-19, segundo dados atualizados ontem pelo Ministério da Saúde. Com isso, chega a 197.732 o número total de óbitos pela doença no país.

No mesmo intervalo, foram notificados 56.648 novos casos da covid-19, elevando o total de infectados para 7.810.400.

O maior número de casos e mortes no país continua sendo na região Sudeste, onde até esta terça-feira foram registrados 2.742.347 casos de covid-19 e 90.341 mortes. Em seguida, o Nordeste contabiliza 1.920.405 casos da doença e 48.252 óbitos. O Sul tem 1.391.183 registros do novo coronavírus e 22.700 mortes. O Centro-Oeste, com 886.747 casos da doença, registra 18.150 mortes pela covid-19, e o Norte do país tem 869.718 casos e 18.289 mortes.

SAIBA MAIS

» **A Fiocruz informou ontem que as negociações para trazer 2 milhões de doses de vacinas contra a covid-19 estão "avançadas" e que a importação das doses deve ser feita ao custo de US\$ 5,25 a unidade (ou R\$ 27,90 cada). Com isso, a previsão é que a medida tenha custo de ao menos R\$ 55,5 milhões ao governo, segundo a atual cotação do dólar.**

» **Em junho, a Fiocruz firmou um acordo com a AstraZeneca e Universidade de Oxford, que desenvolvem a vacina, para obter 100,4 milhões de doses da vacina de Oxford por meio de produção nacional, ao custo de R\$ 1,9 bilhão. Segundo a Fiocruz, a importação das 2 milhões de doses já prontas será adicional a esse acordo.**



A Universidade de Oxford tem centros de produção de vacinas em diversas partes do mundo

"AS NEGOCIAÇÕES ENTRE A FIOCRUZ E O INSTITUTO SERUM PARA A IMPORTAÇÃO [DA VACINA] ENCONTRAM-SE EM ESTÁGIO AVANÇADO."

ITAMARATY E MINISTÉRIO DA SAÚDE, em nota

Compra particular pode?

O anúncio de que as clínicas privadas de vacinação estão negociando a compra de 5 milhões de doses da vacina indiana contra a covid-19 tem provocado acalorados debates éticos no setor da saúde brasileiro.

Por um lado, há um entendimento de especialistas em saúde pública de que, por se tratar de vacina ainda pouco disponível no mundo, a oferta no setor privado pode criar uma disputa com o SUS, aumentando as desigualdades e atrasando a imunização dos grupos prioritários.

Por outro lado, as clínicas privadas argumentam que o objetivo não é competir, mas, sim, complementar a oferta prevista no SUS, atendendo, por exemplo, empresas que querem oferecer a vacina a empregados que não estão hoje nos grupos prioritários previstos pelo Plano Nacional de Imunização.

Há uma movimentação de setores econômicos para que isso ocorra como forma de reativar a economia. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) avalia bancar parte da campanha de vacinação para uma parcela de trabalhadores entre 20 e 50 anos.

Segundo Geraldo Barbosa, presi-

dente da Associação Brasileira das Clínicas de Vacina (ABCVac), é uma falácia a alegação de que o setor privado vá concorrer com o SUS. "A gente sempre foi complementar ao SUS, sempre colaborou com a cobertura vacinal", disse ele à reportagem nesta segunda-feira, já na sala de embarque para a Índia, onde visitará a farmacêutica indiana Bharat Biotech, fabricante da vacina Covaxin, outro imunizante produzido no país asiático.

Barbosa afirma que o objetivo é usar o capital da indústria que pode pagar a vacina aos seus empregados que não estão inicialmente nos grupos prioritários para que eles possam voltar ao trabalho.

"A gente vai ajudar muito mais do que atrapalhar, vai ajudar a diminuir a circulação do vírus. Nosso papel é ajudar o governo", afirmou.

Especialistas em saúde pública, porém, veem na iniciativa um risco de competição. "Hoje há uma escassez absoluta de vacina. O que for para o mercado [privado] é o que vai deixar de ir para o público. É diferente de casos em que o mercado aumenta a oferta", analisa o advogado Daniel Wang, professor da Fundação Getúlio Vargas.